

Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial

CNPJ/MF nº 14.310.577/0001-04

Balanços Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)										Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Controladora e Consolidado) – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)							
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Capital Social	Reserva de capital	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total consolidado					
Ativo circulante		2023	2022	2023	2022	1.233.895	1.161	(1.069.868)	(5.271.788)	(5.106.600)	(114.839)	(5.221.439)					
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.093	7.164	7.118	8.467												
Contas a receber	5	87.933	56.907	826.024	784.489												
Partes relacionadas	7.1	–	–	80.000	22.500												
Estoques	6	–	–	12.271	20.000												
Adiantamento a terceiros	28.423	7.619	38.653	19.454													
Despesas antecipadas	1.696	1.493	3.146	3.478													
Impostos a recuperar	8	819	2.675	7.597	8.574												
Conta corrente de consórcios	–	–	–	13.753	19.467												
Outros ativos	6.419	6.617	12.069	12.302													
Total do ativo circulante	131.383	82.475	1.000.631	898.731													
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	–	–	–	–												
Ativo não circulante	131.383	82.475	1.000.631	898.731													
Contas a receber	5	40.920	68.089	42.130	55.172												
Partes relacionadas	7.1	1.168.666	1.120.523	5.279.787	5.365.847												
Impostos a recuperar	8	–	–	14	14												
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	125.464	309.632	135.757	319.924												
Depósitos judiciais e outros	21.250	23.777	34.584	37.391													
Despesas antecipadas	2.717	3.502	4.027	5.637													
Títulos a receber	39.460	39.460	1.056.279	1.056.279													
Outros ativos	299	431	1.968	2.195													
Investimentos	9	482.653	479.001	5.868	5.818												
Imobilizado	10	5.249	8.932	23.678	27.554												
Intangível	1	2	823	824													
Total do ativo não circulante	1.886.679	2.053.349	6.584.915	6.876.655													
Total do ativo	2.018.062	2.135.824	7.585.546	7.775.386													
Passivo	Nota	2023	2022	2023	2022												
Passivo circulante																	
Fornecedores	12	74.977	39.528	631.903	637.010												
Empreéstimos e financiamentos	11.2	4.152	–	110.997	93.877												
Salários, provisões e contribuições sociais	25.060	28.282	93.508	97.815													
Tributos e contribuições a recolher	59.242	321.727	384.038	653.728													
Imposto de renda e contribuição social a pagar	89	–	195.019	194.930													
Adiantamentos de terceiros	13	932	3.049	163.239	165.355												
Receita diferida	14	10.342	1.108	10.342	1.108												
Parcelamento de tributos federais	–	–	1.750	1.475													
Conta corrente de consórcios	60.045	–	60.069	1.133													
Retenções contratuais	11.130	10.682	26.397	26.084													
Acordo global órgãos públicos	56.202	56.202	–	56.202													
Outras passivos	25.221	64.568	72.444	109.535													
Total do passivo circulante	271.190	525.146	1.749.706	2.038.252													
Passivo não circulante																	
Fornecedores	12	430.165	430.165	576.635	576.704												
Empreéstimos e financiamentos	11.2	–	–	23.418	7.390												
Tributos e contribuições a recolher	6.600	24.152	10.631	45.247													
Impostos de renda e contribuição social diferidos	15	23.972	–	30.865	6.893												
Parcelamento de tributos federais	15	70.563	24.157	77.267	30.332												
Partes relacionadas	7.1	386.967	374.082	7.462.274	7.477.259												
Adiantamentos de terceiros	13	118	4.065	118	14.836												
Provisão para contingências	17	339.358	387.683	414.064	462.389												
Provisão para perdas em investimentos	9	3.455.848	3.455.338	51	(3)												
Títulos a pagar	22.766	53.883	271.981	295.339													
Receita diferida	14	68.893	103.891	193.475	234.727												
Acordo global órgãos públicos	–	–	483.665	–	483.666												
Outros passivos	225.665	250.571	24.718	49.742													
Total do passivo não circulante	5.030.915	5.591.652	9.085.497	9.684.521													
Patrimônio líquido																	
Capital social	16	1.233.895	1.233.895	1.233.895	1.233.895												
Reserva de capital	1.161	1.161	1.161	1.161													
Outros resultados abrangentes	(98.729)	(1.052.101)	(998.729)	(1.052.101)													
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto) dos controladores	(3.284.043)	(3.980.974)	(3.284.043)	(3.980.974)													
Participação dos não controladores	–	–	34.386	33.587													
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(3.284.043)	(3.980.974)	(3.249.657)	(3.947.387)													
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	2.018.062	2.135.824	7.585.546	7.775.386													
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.																	
Notas Explicativas da Diretoria à Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)																	
1. Informações sobre o Grupo COESA – A Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial (atual denominação da Construtora OAS S.A.) ("COESA" ou "Companhia") é uma Companhia domiciliada no Brasil, com sede localizada na Rua Joaquim Floriano, 466, Itaim Bibi na cidade de São Paulo-SP. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo COESA" e individualmente como "entidades do Grupo ou controladas"), conforme descritas na nota 1.3. A Companhia tem como acionista, a controladora COESA Participações e Engenharia S.A. (

... continuação

2. Base de elaboração e políticas contábeis das demonstrações contábeis – 2.1.

Declaração de conformidade: A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram autorizadas pelos administradores em 25 de julho de 2024. As demonstrações contábeis da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram elaboradas no pressuposto de continuidade dos negócios e compreendem: • As demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). • As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuível aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as IFRSs as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração:

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela avaliação de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, que estão mensurados pelo valor justo. a) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (R\$ – reais), utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas referentes às controladas diretas e indiretas localizadas no exterior, são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a entidade atua ("moeda funcional"). A conversão dessas controladas é efetuada conforme o CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média mensal. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes. N eventual venda de uma controlada no exterior o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido dessa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado. Os ativos e passivos monetários das companhias situadas no Brasil, denominados em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado do exercício nas rubricas de "receitas financeiras" e "despesas financeiras" e seus itens não monetários, mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira, são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações. b) **Políticas contábeis:** a) **Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. b) **Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros: Os ativos financeiros são classificados conforme abaixo: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, que correspondem aos ativos que o objetivo é mantê-lo até o fim do fluxo de caixa contratual e ativos que contenham exclusivamente pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, que correspondem a ativos cujo objetivo seja mantê-lo até o fim do recebimento dos fluxos contratuais ou pela venda do ativo, ou ativos que contenham pagamento de principal e juros sobre o saldo em aberto. • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, que correspondem a ativos que não atendem as condições de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes. No reconhecimento inicial a Companhia irá avaliar, individualmente, cada ativo para classificá-lo de acordo com as estratégias e modelos do negócio da Administração. **Desreconhecimento (baixa):** Um ativo financeiro, ou parte aplicável de um ativo financeiro ou grupo de ativos semelhantes, é baixado quando, e somente quando: • A instituição não tiver expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou parte dele. • A instituição transfere o direito de receber o fluxo de caixa do ativo ou retiver os direitos contratuais de receber fluxos de caixa do ativo financeiro, mas tenha assumido a obrigação de pagar o fluxo de caixa recebido, no montante total, sem demora material, a um terceiro e se a instituição transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo. a.1) Redução do valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia e suas controladas avaliam nas datas da balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda") e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é reconhecido quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, passivos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais passivos, exceto por passivos financeiros mensurados ao valor justo. Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seu saldo contábil refletirá o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. **Instrumentos financeiros – apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Valor justo dos instrumentos financeiros:** O valor justo dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem deduções dos custos de transação. O valor justo dos instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado, referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão na nota explicativa nº 11.2. c) **Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. d) **Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados de acordo com a vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. Um item de imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes na venda ou baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado. e) **Investimentos e base de consolidação:** e.1) **Investimentos em empresas controladas:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de entidades (incluindo entidades estruturadas) controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. Quando a Companhia não detém a maioria dos direitos de voto em uma investida, ela terá o poder sobre a investida quando os direitos de voto forem suficientes para capacitar a na prática a conduzir as atividades relevantes da investida de forma unilateral. Ao avaliar se os direitos de voto da Companhia em uma investida são suficientes para lhe conferir poder, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias relevantes, incluindo: • a dimensão da participação da Companhia em termos de direitos de voto em relação à dimensão e dispersão das participações dos outros detentores de direitos de voto; • direitos de voto em potencial detidos pela Companhia, por outros detentores de direitos de voto ou por outras partes; • direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • quaisquer fatos e circunstâncias adicionais que indiquem que a Companhia tem, ou não tem, a capacidade de conduzir as atividades relevantes no momento em que as decisões precisam ser tomadas, incluindo padrões de votação em assembleias anteriores. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras. O resultado

Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial

abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as entidades do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia as informações contábeis das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. e.2) **Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes:** Nas demonstrações contábeis, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle da Companhia sobre as controladas, são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladoras, são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações, pagas ou recebidas, é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia. Quando o Grupo perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada, são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). e.3) **Investimentos em coligadas e joint ventures:** Uma coligada é uma entidade sobre a qual o Grupo possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em um empreendimento sob controle comum (joint venture). Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas contábeis e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas. Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto sobre o acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de coligadas ou joint ventures são incorporados nestas demonstrações contábeis consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento, ou uma parcela dele, é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (equivalente ao CPC 31). De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada ou joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação do Grupo no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada ou joint venture. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture ultrapassar a participação do Grupo nessa coligada ou joint venture (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em sua essência, formam parte do investimento líquido do Grupo na coligada ou joint venture), o Grupo deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que o Grupo incorreu em legais ou presumidas ou assumiu obrigações em nome da coligada ou joint venture. e.4) **Consórcios:** A Controladora e suas controladas participam de consórcios em diversos empreendimentos e os consolidam na proporção dos respectivos percentuais de participação. f) **Tratamento:** f.1) **Impostos de renda correntes:** A provisão para imposto sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto sobre a renda é calculada, individualmente, por cada entidade do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. f.2) **Impostos de renda diferidos:** O imposto sobre a renda diferido ("imposto diferido"), é reconhecido sobre a diferença temporária no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e bases negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos, não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) ou outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável, nem o lucro contábil. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarem disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados, considerando a apuração por entidade, apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes. g) **Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e de suas controladas e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituida como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo, e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. h) **Provisões:** A Companhia reconhece provisão para causas civis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. i) **Distinção entre ativos e passivos circulantes e não circulantes:** A distinção entre circulante e não circulante é baseada no ciclo operacional de ativos realizados e passivos liquidados dentro desse mesmo ciclo; a norma define o ciclo operacional como o tempo entre a aquisição dos ativos que circulam continuamente (capital de giro) e sua realização em caixa. A Companhia e suas controladas adotam o prazo de 12 meses como ciclo operacional. j) **Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia, quando aplicável, é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no dividendo mínimo definido no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. k) **Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Um ativo e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos, são descontados com o intuito de reconhecerlos em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. l) **Reconhecimento da receita:** l.1) **Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado do contrato é reconhecido, a receita é estimada de maneira contínua, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. Despesas de contrato são reconhecidas quando incorridas, a menos que elas criem um ativo relacionado à atividade do contrato futuro. O estágio de conclusão é avaliado pela referência física ou financeira dos trabalhos realizados. O critério a ser adotado depende dos termos de cada contrato e de todos os fatos e circunstâncias relacionadas. Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser medido de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida até o limite dos custos reconhecidos na condição de que os custos incorridos possam ser recuperados. Perdas em um contrato são reconhecidas imediatamente no resultado. m) **Participação nos resultados:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa referentes à provisão de participação nos resultados do exercício. A administração utiliza como base de cálculo dessa provisão, o resultado associado a uma métrica de atingimento de metas e objetivos específicos, os quais são estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. n) **Ganhos e perdas atuariais do plano de assistência médica e outros custos de planos de benefícios a colaboradores:** A Companhia concede também determinados benefícios de extensão de assistência médica a colaboradores apresentados que tenham o direito ao benefício. Os custos associados às contribuições efetuadas pela Companhia e por suas controladas aos planos são reconhecidos, pelo regime de competência, como outros resultados abrangentes. O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente. o) **Demonsstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7). 2.4) **Novas normas, interpretações e alterações já adotadas no período corrente:** A Companhia identificou alterações às IFRS's e CPC's que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicia em ou após 1º de janeiro de 2023. • Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC32/IAS12). • Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC23/IAS8). A aplicação desta norma não teve impacto nas demonstrações contábeis da Companhia. Definição de um negócio (alteração a IFRS3): As alterações a IFRS 3 são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A empresa deve aplicar a definição revisada de um negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data de vigência da referida

revisão. 2.5. Novas normas que ainda não estão em vigor: Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37): Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. Outras normas: Para as seguintes normas ou alterações, a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alteração à IAS 16 Imobilizado – Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério de teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022; • Alteração na norma IFRS 3 – inclui alinhamentos conceituais desta norma com a estrutura conceitual das IFRS. As alterações à IFRS 3 são efetivas para períodos iniciados em ou após 01/01/2022; • Alteração na norma IFRS 17 – inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros. Alteração à IFRS 17 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IAS 1 – Classificação de passivos como circulante e Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e Não-circulante. Alteração à IAS 1 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; • Alteração na norma IFRS 4 – Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norm

...continuação

Construtora COESA S.A. - Em Recuperação Judicial																
5.1. Contratos de construção	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		10. Imobilizado	2023						
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022		2023	2022					
Custos incorridos e lucros reconhecidos (líquido dos valores faturados)	87.032	46.294	196.430	129.522	OAS Finance Limited	72.301	72.301	72.302	72.297							
Quantia bruta devida pelo contratante	87.032	46.294	196.430	129.522	EPASA S.A.	53.715	53.716	—	9.263	9.263						
(-) receita diferida	(79.235)	(104.999)	(203.817)	(235.835)	Construtora OAS - Sucursal Bolívia	—	—	—	—	—						
(-) retenções contratuais	(11.130)	(10.682)	(26.397)	(26.084)	OAS Empreendimentos	—	—	—	—	—						
(-) adiantamentos recebidos	(932)	(7.114)	(163.357)	(180.191)	Outros	12.988	4.661	37.455	52.344							
Quantia bruta devida ao contratante	(91.297)	(122.295)	(393.571)	(442.110)	Subtotal	386.967	374.082	7.462.274	7.477.259							
Saldo líquido contratos de construção em curso	(4.265)	(76.501)	(197.141)	(312.588)	Ajuste a valor presente	—	—	—	—	—						
6. Estoques	Controladora		Consolidado		Passivo circulante	386.967	374.082	7.462.274	7.477.259							
Materiais para aplicação	2.463	11.405	9.508	27.830	Passivo não circulante	386.967	374.082	7.462.274	7.477.259							
Importações em trânsito	(10)	1.456	2.084	4.007	Total	386.967	374.082	7.462.274	7.477.259							
Materiais para revenda	30.838	—	30.838	—												
Outros	1.766	4.530	6.367	7.023												
Subtotal	4.219	48.229	17.959	69.698												
Impairment	(4.219)	(48.229)	(5.688)	(49.698)												
Total	—	—	12.271	20.000												
7. Partes relacionadas – A Companhia e suas controladas mantêm transações comerciais com companhias do grupo. As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, sejam administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas sob condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis. 7.1. Múltiplos ativos e passivos: A seguir, estão demonstradas, pelo saldo líquido, as operações de conta corrente <i>intercompany</i> e compra e venda de ativos entre as entidades do grupo. Em 2021, a Companhia e determinadas empresas do Grupo COESA reorganizaram os saldos de conta corrente <i>intercompany</i> , através de instrumentos de cessão de crédito e de assunção de dívidas, visando a adequação da estrutura societária e de capital, de maneira a refletir, do ponto de vista jurídico, as eliminações contábeis dos saldos de conta corrente <i>intercompany</i> que já ocorriam no balanço consolidado da Companhia.	Saldos com partes relacionadas sujeitos à Recuperação Judicial: Conforme mencionado na nota 1.2, os saldos que a Companhia mantém com outras empresas, e que estão sujeitos ao Plano de Recuperação Judicial, foram reclassificados para título a receber e a pagar (Nota 23).															
	Controladora		Consolidado		7.2. Transações comerciais	Controladora		Consolidado		2023						
	2023	2022	2023	2022	Ativo	2023	2022	2023	2022	2023	2022					
Construtora OAS - GE	6.107	6.107	—	—	Contas a receber - Clientes	—	10.188	—	10.188							
Construtora OAS - República da Guiné	2.316	2.316	—	—	Concessionária Rota Atlântico S.A.	—	15.641	15.641	—							
Construtora OAS - Ghana	18.364	19.402	—	—	Construtora OAS - Bolívia	17.355	17.355	—	—							
Construtora OAS - T & T (a)	79.104	739.250	—	—	Construtora OAS - GE	268	268	—	791							
Construtora OAS - Uruguai (a)	285.269	285.269	—	—	Construtora OAS - Guiné	5.247	5.247	—	—							
OAS Cayman	—	—	52.793	52.793	Construtora OAS - Uruguai	7.741	7.741	—	—							
OAS African	—	—	3.821	3.667	Edificações Itaigara	38	38	—	—							
COESA P&E	—	—	4.146.875	4.170.931	EPASA	—	—	11.396	11.396							
OAS Investments BVI	5	—	1.100.345	1.100.345	Estaleiro Enseada do Paraguacu S.A.	1.213	21.331	1.213	21.331							
Rodoanel	10.257	10.257	—	—	Linea Amarilla SAC	—	855	855	855							
Outros	53.244	57.922	55.953	60.611	OAS Energy	650	650	—	—							
Subtotal	1.168.666	1.120.523	5.359.787	5.388.347	Subtotal	57.042	100.860	52.500	97.110							
Total	1.168.666	1.120.523	5.359.787	5.388.347		56.010	69.341	51.468	65.591							
Ativo circulante	Controladora		Consolidado		8. Impostos a recuperar	Controladora		Consolidado		2023						
	2023	2022	2023	2022	IR e CSLL retidos na fonte (a)	2023	2022	2023	2022	2023	2022					
Coesa Engenharia Ltda	7.3/4	7.3/7	—	—	IVA (b)	773	1.248	2.953	3.762							
Construtora Coesa - Sucursal Equador	13.400	13.400	—	—	INSS a recuperar	—	—	3.288	3.300							
OAS Energy GmbH	146.915	146.915	—	—	Outros	46	1.427	592	1.513							
OAS Investments Limited (a)	—	—	7.327.141	7.327.459	Subtotal	819	2.675	7.611	8.588							
Coesa Logística	27.378	27.538	—	—	Circulante	819	2.675	7.597	8.574							
OAS Soluções Ambientais	—	—	2.294	2.294	Não circulante	—	—	14	14							
Rodoanel Sul 5	—	—	13.753	13.536	Total	819	2.675	7.611	8.588							
Metha S.A.	44.769	44.769	—	—	a) Refere-se a saldos de IR e CSLL oriundos de impostos retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras e sobre os recebimentos de faturas. b) Refere-se a saldo de Imposto sobre valor agregado oriundo de operações de controladas no exterior, principalmente sobre a controlada Sucursal Peru e OAS Energy GmbH.	b) A referida contabilidade não é apropriada para fins contábeis, uma vez que não é uma entidade controlada da Companhia. As entidades com sede no Brasil, as receitas e os recebíveis estão relacionados, substancialmente, à prestação de serviços de construção.										
OAS African	44.769	44.769	—	—												
Coesa C&M	8.126	3.405	19	19												
9. Investimentos – Informações sobre empresas investidas	Patrimônio líquido (Passivo a descoberto) Resultado do exercício															
	Ativo total		Passivo total		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023					
Controladas	Controladora		Consolidado		2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023					
Coesa Engenharia Ltda	177.422	183.324	165.324	173.791	12.098	9.596	2.502	(3.321)								
Construtora OAS - Angola	321	331	365	365	(34)	(34)	—	—								
Construtora OAS - Argentina	1.232	1.232	4.194	4.194	(2.962)	(2.962)	—	—								
Construtora OAS - Bolívia	1.218.004	1.218.004	2.892.190	2.892.190	(1.674.186)	(1.674.186)	—	—								
Construtora OAS - Chile	573	573	230.605	230.605	(230.032)	(230.032)	—	—								
Construtora OAS - Colômbia	1.521	1.521	1.955	1.955	(434)	(434)	—	220								
Construtora OAS - Costa Rica	164.208	164.208	318.319	318.319	(154.111)	(154.111)	—	—								
Construtora OAS - Equador	14.926	14.926	100.863	100.863	(85.937)	(85.937)	—	—								
Construtora OAS - Guatemala	615	615	7.004	7.004	(6.389)	(6.389)	—	—								
Construtora OAS - Haiti	97.251	97.251	229.364	229.364	(132.113)	(132.113)	—	—								

...continuação

Construtora COESA S.A. - Em Recuperação Judicial										
14. Receita diferida	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022		2023	2022		2023	2022
Clientes	–	40.621	941	47.816	Baixa de contas a receber	–	–	(56)	–	Ajuste a valor justo – Acordo global
Conselhos	79.235	64.378	202.876	188.019	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	(144.886)	Órgãos públicos
Total	79.235	104.999	203.817	235.835	Provisão para contingências	–	(6.000)	–	(9.924)	(25.406)
Circulante	10.342	1.108	10.342	1.108	Perda para redução ao valor recuperável	–	–	–	(131.661)	(25.715)
Não circulante	68.893	103.891	193.475	234.727	"Impairment"	44.009	9.593	45.351	(192.935)	(32.192)
Total	79.235	104.999	203.817	235.835	Outros	491.110	(350.621)	491.143	(586.148)	(681.413)
A receita diferida refere-se a faturamento antecipado de contratos de construção em curso, sendo liquidado mediante o progresso dos projetos, mensurado na proporção dos custos incorridos em relação aos custos orçados. 15. Imposto de renda e contribuição social										
– Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes que afetaram o resultado do exercício, são demonstrados como segue:										
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	643.558	485.183	644.991	494.801	20. Outras Receitas (despesas) operacionais, líquidas	–	–	(56)	–	Ajuste a valor justo – Acordo global
Aliquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%	Baixa de contas a receber	–	–	–	(144.886)	Órgãos públicos
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(218.810)	(164.962)	(219.297)	(168.232)	Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	–	–	–	(9.924)	(25.406)
Ajuste no prejuízo que afetam o resultado do exercício:					Provisão para contingências	–	(6.000)	–	(131.661)	(25.715)
Adições permanentes					Despesas gerais e administrativas	–	–	–	(192.935)	(32.192)
Despesas não dedutíveis	–	–	(1)	(1)	Outras receitas (despesas), líquidas	524.188	(349.912)	531.591	(586.148)	(681.413)
Equivalência patrimonial	(178)	(1.392)	(1.420)	(5.168)	Total	372.639	(536.541)	295.520	(60.049)	Total
Reversão do efeito do prejuízo presumido das investidas	–	–	–	–						
Reversão do efeito do prejuízo das investidas no exterior	–	–	9	(254.426)						
Exclusões permanentes										
Equivalência patrimonial	1.419	5.053	1.419	5.118	21. Resultado Financeiro	2023	2022	2023	2022	
Reversão do efeito do lucro presumido das investidas	–	–	(178)	(103)	Receitas financeiras	–	–	5	76.820	
Reversão do efeito do lucro das investidas no exterior	–	–	–	258.479	Juros recebidos ou auferidos:	–	–	7	76.820	
Tributação das investidas no exterior	–	–	–	(247)	Sobre títulos a receber	–	–	–	–	
Perda de créditos fiscais – cião parcial em 01 de dezembro de 2014	–	–	–	–	Sobre consórcios	–	–	–	–	
(-) Imposto de renda e Contribuição social não reconhecidos	7.103	(8.949)	7.934	(10.111)	Sobre empréstimos e financiamentos	–	–	(474)	–	
Outros	210.467	480.116	211.535	499.415	Variação monetária/câmbial ativa	1.427	248	1.427	140.196	
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1	309.866	1	324.724	Descontos obtidos	339.066	267	361.594	26.891	
Imposto de renda e Contribuição social Correntes	–	309.865	–	310.455	Ajuste a valor justo – Empréstimos e financiamentos	–	438.407	–	438.407	
Imposto de renda e Contribuição social Diferidos	1	1	1	14.271	Ajuste a valor justo – Fornecedores	–	421.347	–	480.470	
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1	309.866	1	324.726	Subtotal	229.998	688.695	252.538	949.740	
Ativos	2023	2022	2023	2022						
Provisão para perda de Investimento	(113.878)	239.807	(113.878)	243.419	Despesas financeiras					
Perda estimada em crédito de liquidação duvidosa	–	122.878	53	122.930	Juros pagos ou provisionados:	(409)	(181)	(816)	(882)	
Prejuízo fiscal e base negativa	479.564	930.166	489.856	988.407	Sobre fornecedores	–	–	–	–	
Outras provisões temporárias	969.082	185.081	973.869	192.651	Sobre obrigações fiscais e sociais	–	–	(4.543)	(7.281)	
Subtotal	1.334.768	1.477.932	1.349.900	1.547.407	Sobre empréstimos e financiamentos	100	(4.448)	(11.957)	(7.052)	
Provisão para não realização de IR/CS diferidos	(1.233.276)	(925.668)	(1.233.276)	(969.639)	Variação monetária/câmbial passiva	(165)	–	(278)	(83.844)	
(-) Compensação com o passivo	23.972	(242.632)	19.133	(257.844)	Comissões, despesas bancárias e fiendas bancárias	(897)	(1.527)	(4.740)	(1.793)	
Total	125.464	309.632	135.757	319.924	Ajuste a valor justo – Fornecedores	–	(438.407)	–	(438.407)	
Passivos					Total	229.998	688.695	252.538	949.740	
Lucro diferido de obras	–	50.043	(491)	51.943						
Lucro diferido na alienação de investimento	–	28.303	–	28.303						
Ajuste a valor justo	–	12.079	(10.300)	12.079						
Outras provisões temporárias	–	152.207	(941)	173.250						
Subtotal	242.632	(11.732)	265.575							
(-) Compensação com o ativo	(23.972)	(242.632)	(19.133)	(258.682)						
Total	(23.972)	–	(30.865)	6.893						
Imposto de renda e contribuição social, ativos ativos	125.464	309.632	135.757	319.924						
Imposto de renda e contribuição social, ativos passivos	(23.972)	–	(30.865)	6.893						
Total	101.492	309.632	104.892	326.817						
Tendo em vista as incertezas relacionadas ao plano de recuperação judicial, conforme nota 1, a Companhia e suas controladas, conservadoramente, possuem em 31 de dezembro de 2023, provisão para não realização dos saldos de ativos fiscais diferidos no valor de R\$ 1.233.276 e R\$ 1.233.276, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 925.668 e R\$ 969.639 respectivamente. 16. Patrimônio líquido – Capital Social: O Capital Social: O Capital Social integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$ 1.233.895, e está representado por 1.233.895.316 de ações ordinárias de valor nominal R\$ 1,00, sendo 1.233.895.312 da COESA P&E. Em 16 de abril de 2021, conforme instrumento de compra e venda de ações, a Metha alienou as ações da Companhia para COESA P&E, correspondente a 100,00% do Capital Social integralizado. Reserva de reavaliação e custo atribuído próprios e de controladas: Representam a parcela não realizada da reavaliação de terrenos, obras civis, máquinas e equipamentos e veículos. A parcela realizada da reserva de reavaliação, baseada na depreciação e alienação dos ativos reavaliados é transferida para prejuízos acumulados, juntamente com os respectivos impostos diferidos registrados pelas Companhias. Outras reservas: Compreende, substancialmente, as diferenças cambiais de conversão das operações de controladas no exterior e os efeitos das obrigações de benefícios pós-emprego. Dividendos: O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de dividendos anuais mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.407/76. 17. Provisões para Contingentes – A Companhia possui atos de infração e processos de natureza tributária, civil e trabalhista. Esses atos de infração e processos estão sendo contestados nas esferas administrativa e judicial. A Administração da Companhia, baseada em interpretações dos seus assessores jurídicos responsáveis pela defesa das mencionadas autuações, entende que as provisões constituidas são suficientes para fazer face às perdas esperadas, conforme demonstrado a seguir: Risco de perda provável:										
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Processos tributários	–	323.404	70.937	394.341	Passivos					
Processos civis	292.029	16.949	293.084	19.754	Fornecedores:	Construtora OAS S.A. – Sucursal Argentina	R\$/ARS	0,029600	106	4
Processos trabalhistas	47.329	47.330	48.294	48.294	Construtora OAS S.A. – Sucursal Bolívia	R\$/USD	0,217700	29.936	195.249	5
Outros	1.749	–	1.749	–	Construtora OAS S.A. – Sucursal Hâti	R\$/USD	0,217700	4.214	27.485	32.982
Total não circulante	339.358	387.683	414.064	462.389	Construtora OAS S.A. – Sucursal Peru	R\$/PEN	1.378300	8.982	12.380	18.570
Movimentação das provisões tributárias, civis e trabalhistas (Consolidado):					Construtora OAS S.A. – Sucursal Ur					

... continuação

panhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes

Construtora COESA S.A. – Em Recuperação Judicial

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos suspeição profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião com ressalva. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude, é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificações em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. • Forneçemos também aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 20 de setembro de 2024.
Senso Auditores Independentes – CRC nº 2SP 005.977/0.9 – CVM Nº 7307
Guilherme Rocha Castro Soares – CRC nº 1SP 290.834/0-4

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br



Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL
São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/09/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

